

A carcinicultura no Brasil e na América Latina: o agronegócio do camarão

Pedro Ivo de Souza Batista¹

Soraya Vanini Tupinambá²

Políticas governamentais estimulam a criação de camarão no país

A atividade de criação de camarões marinhos é, na atualidade, a atividade que mais cresce no ramo da aqüicultura no mundo, tendo originado há pelo menos cinco séculos.

De lá para cá, esta indústria percorreu uma trilha de insustentabilidade. Esta deixa para trás enormes passivos ambientais, dívidas sociais e ecológicas e que, decididamente, não se incorporam aos balanços contábeis das empresas envolvidas na lucratividade sempre crescente que a atividade proporciona.

No Brasil, mais recentemente, temos visto o rápido crescimento da criação de camarão desde meados da década de 1990, devendo-se este fato à introdução de uma espécie exótica — o *Litopennaeus vannamei*, que vem sendo utilizada de maneira generalizada no mundo inteiro —, oriunda do Sudeste Asiático.

Contudo, a despeito da recente inserção do Brasil na atividade, já é possível observar — a partir dos dados da FAO — que o Brasil ocupa atualmente a 10^o posição entre os países produtores. Entretanto, um outro dado adicional e marcante é o fato de sermos líderes na taxa de crescimento anual.

Vale a pena analisarmos a situação tomando como base este desempenho de crescimento em produção. Para tanto, torna-se interessante adentrarmos no terreno das políticas estatais para o setor da carcinicultura. Até 1997, a exportação estava majoritariamente restrita aos camarões marinhos advindos da pesca extrativista em nossas costas. De lá para cá, fomos surpreendidos com a “revolução azul” da aqüicultura (criação de organismos aquáticos) — no caso específico da costa nordestina, pelo boom da criação de camarão em fazendas.

Desde então a produção vem crescendo de maneira vertiginosa, saindo de uma produção de 3,6 mil toneladas (1997) para cerca de 40 mil toneladas (2001) — uma taxa de crescimento de 83,5% ao ano. Dessa maneira, nos últimos anos o Brasil passou, no cenário mundial, de 18^o para 8^o produtor (1997 e 2000, respectivamente). A velocidade dessa ascensão, no entanto, traduz uma lógica de “corrida ao ouro” que, como em outros setores cujos investimentos tomam essa mesma rapidez e proporção, torna impossível o controle e a garantia de sustentabilidade à atividade — uma vez que os empresários envolvidos no ramo interpretam qualquer ação normativa e de controle como “medidas impeditivas ao desenvolvimento”.

¹ *Pedro Ivo de Souza Batista é Presidente do Instituto Terrazul (Ceará), Coordenação Nacional da REBRIP, da Rede Brasil de Ecosocialismo e integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.*

² *Soraya Vanini Tupinambá é assessora do Programa de Gestão Costeira do Instituto Terramar-CE e integrante do conselho diretor da Redmanglar para la Defensa de los Ecosistemas Costeros y la Vida Comunitária.*

Além desse aspecto, é importante perceber que este crescimento não se trata de um fenômeno espontâneo. Na verdade, uma política de desenvolvimento e incentivo à criação de camarão, pautada na lógica do agronegócio, implementada pelo Estado brasileiro, é a responsável pelo crescimento vertiginoso da atividade.

Com a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA) dentro do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em julho de 1998, a política de desenvolvimento da carcinicultura, voltada para as exportações, ganha força e vai buscar financiamentos públicos para este tipo de empreendimento. Os investimentos, por sua vez, passam a ser bancados pelo BNDES, Banco do Nordeste e pela SUDENE.

O Brasil tem potencial para converter-se num dos maiores produtores mundiais de camarão marinho cultivado. Já para o ano 2003, espera-se um aumento de 30.000 hectares de área cultivada, com produções que, por si só, poderão reverter o déficit da balança comercial nacional de pescado. (Departamento de Pesca e Aqüicultura)

Dentre os grandes problemas causados pela atividade, temos vários fatores. Um dos limites à implantação da carcinicultura em bases sustentáveis deve-se à ausência de informações atualizadas, nos estados nordestinos, sobre as áreas de manguezais, sobre qualidade da água, elementos fundamentais para uma efetiva política de gestão ambiental. Este conhecimento traria possibilidades de garantir o controle ambiental necessário ao desenvolvimento da atividade. A criação de camarão, então, nesse contexto *nebuloso*, tem impactado sobretudo sobre os ecossistemas costeiros e bacias hidrográficas, justificando a imprescindível necessidade de produção de inventários dessas áreas com o objetivo de subsidiar políticas de controle ambiental.

Se há fragilidade na produção de informações sobre ecossistemas associados a estas intervenções — e que poderiam dar base a gestão ambiental da atividade —, o mesmo fato também se observa com relação às informações concernentes à própria atividade, no que se refere à área total ocupada, ao número de empreendimentos, ao número de empregados e às condições de trabalho nas fazendas. As informações produzidas pelos órgãos públicos brasileiros são insuficientes e desencontradas. Apresentamos aqui informações sobre a atividade de carcinicultura — alertando, porém, que estas devam ser tomadas, apenas, como aproximações que nos permitam algumas análises. Estas não podem ser tomadas como *absolutas*, sobretudo no sentido de indicar a área total cultivada hoje, já que, na prática, observa-se uma área bastante superior à demonstrada pelos dados da Associação Brasileira de Criadores de Camarão.

Informações Gerais sobre a atividade de criação de camarão no Brasil ³

Número total de produtores:	507
Área total de viveiros	8.500 ha
Produção total:	40.000 toneladas
Produtividade:	4.706 kg/ha/ano

Fonte: ABCC

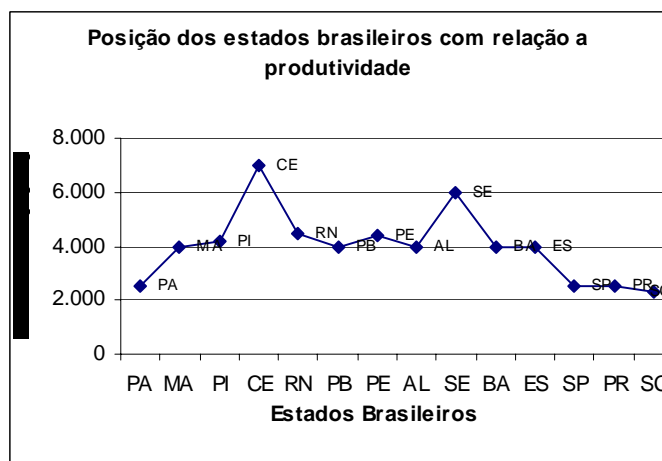
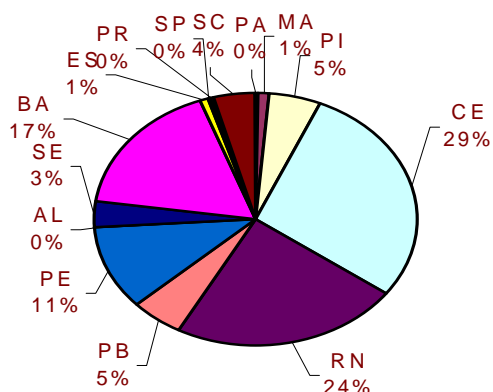
Situação do camarão marinho cultivado em 2001

Estado	Número de Fazendas	Área(ha)	Produção(ton)	Produtividade(Kg/ha)
PA	1	60	150	2.500
MA	2	113	452	4.000
PI	10	503	2.112	4.202
CE	83	1.619	11.333	7.002
RN	232	2.024	9.061	4.477
PB	23	531	2.124	4.000
PE	64	977	4.311	4.412
AL	1	10	40	4.000
SE	15	217	1.302	6.000
BA	29	1.710	6.840	4.000
ES	1	103	412	4.000
SP	1	20	50	2.500
PR	1	40	100	2.500
SC	44	573	1.713	2.290
Total	507	8.500	40.000	4.760

³ Informações recolhidas em 31 de dezembro de 2001.

Pode-se observar, pelos gráficos abaixo, que os principais produtores são o estado do Ceará — ocupando o primeiro lugar em volume de produção com 11.333 toneladas —, seguido por Rio Grande do Norte (9601 toneladas), Bahia (6.840 toneladas), Pernambuco (4.311 toneladas), Piauí (2.112 toneladas) e Paraíba (2.114 toneladas). A região Nordeste se destaca no setor, sendo responsável por 38.785

Posição dos estados brasileiros em função c
produção(ton)



toneladas/ano — o que representa 97% da produção total.

Contribuindo para a expansão acentuada da atividade de criação de camarão no nordeste brasileiro, temos o fato de que esta é baseada em uma expressiva tecnificação. O que isso significa? Basta ver os dados de produtividade: em 1996 tínhamos 900 kg/ha/ano; em 1999, 2000Kg/ha/ano! E a expectativa do setor é a de atingir a meta de 3,5 a 4,0 t/ha/ano...

Esse aumento de produtividade deve-se, dentro dessa tecnificação, à intensificação do cultivo: maior densidade de camarões/ha, utilização de aeradores, bandejas, aumento de alimentos fornecidos, fertilizantes, antibióticos, fungicidas. Toda esta intensificação aumenta os riscos de contaminação das águas adjacentes. Tal contaminação é agravada por se encontrar no contexto da região nordestina brasileira — região inserida no semi-árido, marcada pela escassez de água — e pelo fato do cultivo de camarão estar atualmente se expandindo em direção às águas interiores, caracterizadas pela competição entre usuários pelo acesso à água e sua utilização.

Quanto à regulamentação da atividade em questão no estado do Ceará, temos inúmeros equívocos. O primeiro deles é considerar a natureza do impacto pela área cultivada e não pelo sistema de cultivo (se intensivo, superintensivo ou extensivo) — com implicações diretas sobre a qualidade da água. Outro problema dessa regulamentação é que ela fere a Resolução CONAMA, ao autorizar a utilização de 80% das áreas de apicuns⁴ para criação de camarão.

⁴ Apicuns são áreas que integram os ecossistemas manguezais sem vegetação de mangue ou com vegetação rasteira e esparsa.

Os impactos gerados pelo cultivo intensivo prejudica as populações locais, promovendo inúmeras perdas. As mulheres, em especial, são mais diretamente atingidas quando os ecossistemas impactados pela carcinicultura (manguezais, estuários, rios, açudes) deixam de fornecer serviços ambientais importantes para vida dessas populações. Destaquem-se, aí, os alimentos (mariscos, peixe, caranguejo) e a água (essencial à vida e cuja responsabilidade de assegurá-la às famílias encontra-se — como atestam estudos, sobretudo de gênero e família — na mão das mulheres.

Quanto aos benefícios gerados pela atividade de cultivo de camarão, muita propaganda tem sido feita em torno da *geração de emprego e renda*. Muito embora o cultivo de camarões, como também a agricultura, sejam *intensivos* bem mais em capital do que em trabalho. Na verdade, o cultivo de camarão oferece poucas oportunidades de emprego para as populações costeiras e rurais — e estas, quando existem, são de trabalhos temporários, mal remunerados, e que na maioria das vezes não oferecem nenhuma segurança ao trabalhador.

Atentando para a questão da ocupação do espaço, no Ceará e Rio Grande do Norte temos várias fazendas de camarão instaladas em APPs (Áreas de Preservação Permanentes). Temos também a privatização de gamboas, desmatamento de manguezais e carnaubais e problemas de poluição de recursos hídricos — com mortandade de crustáceos e peixes atribuída à fragilidade do marco regulatório e de fiscalização na implantação destes empreendimentos.

Acreditamos ainda que o forte limite que tem sido demonstrado por fatos recentes da expansão da criação de camarão nos estados nordestinos deva-se à ausência de produção de informações e de conhecimento científico que sejam capazes de permitir o controle e o monitoramento da atividade.

No Nordeste, a carcinicultura tem sido apresentada como sendo caracterizada por ser uma atividade de pequenos produtores; entretanto, só o é quando se pensa em números absolutos — cerca de 80%. Essa realidade, no entanto, muda quando consideramos a área que ocupa e ainda a auferição dos lucros. Estes pequenos produtores são agenciados por grandes empresários, dentro de um sistema de parcerias.

Os investimentos, por sua vez, têm sido bancados pelo BNDES, Banco do Nordeste e pela SUDENE — que parecem crer como suficiente que os empreendimentos de criação de camarão cumpram as etapas de licenciamento exigidas pelos órgãos ambientais. Estes órgãos, no entanto, não parecem atentar para o fato de que o seu papel — como agentes do desenvolvimento — deva ser considerar que somente poucos permanecem recebendo os benefícios gerados pelos empreendimentos. Quanto aos prejuízos, estes continuam sendo socializados — sobretudo entre as populações costeiras e ribeirinhas que não têm sido beneficiadas e, mais grave ainda, tem sido afetadas pela crescente degradação ambiental e pela exclusão no que se refere aos seus direitos de acesso a bens livres e constituintes da natureza (água de qualidade, pescado etc.).

Porque o cultivo de camarão cresce no Nordeste brasileiro

O crescimento acentuado da atividade de carcinicultura deve-se, em grande parte, à introdução da espécie exótica *Litopenaeus Vannamei* e de um pacote tecnológico a ela associado. Esta espécie vem sendo cultivada no país desde 1993, tendo um rápido crescimento na região Nordeste — responsável por 97% da produção nacional.

As vantagens para o desenvolvimento da atividade — que incluem as *benéncias* locacionais que representam as altas temperaturas da costa tropical nordestina (o que garante uma produção ininterrupta às fazendas [3 ciclos de 90 dias/ano], não sendo possível resultados como estes em regiões temperadas) — não se restringem aos aspectos climáticos.

O que nos assusta, porém, é que a despeito do engendramento de esforços muito bem articulados na tentativa de adotar um discurso “ecológico”, “sustentável” — aqui e no mundo todo, inclusive naqueles países que amargaram sérios problemas como Tailândia, Equador, Filipinas... —, a tradição da atividade de carcinicultura, por onde ela passa, seja a da insustentabilidade e da migração para novas fronteiras!

O dar-nos conta dessa realidade, contudo, não nos impede de ver a inegável importância da atividade — em termos econômicos, capaz de alterar a balança comercial brasileira. Basta, para isso, citar os 30 milhões de dólares gerados ano passado. Entretanto, também é inegável que tal fato não é capaz, por si só, de justificar tudo o mais — aí incluso o seu caráter profundamente concentrador de riquezas e degradador do meio ambiente!

Como em outros lugares que nos precederam na hospedagem da atividade de carcinicultura, a ausência de responsabilidade socioambiental do setor empresarial também vem se desenhando no Nordeste brasileiro, particularmente no Ceará e Rio Grande do Norte. Dessa maneira, a pobreza no nordeste e no Ceará — bem como a “fragilidade” dos órgãos ambientais — acaba por apresentar-se também como uma “*vantagem*” para a alocação dessa atividade, que se apresenta com uma “aura de redenção” pela promessa insólita de geração de emprego que se propagandeia e, finalmente, por se deparar com uma população local carente e frágil na defesa de seus interesses e dos interesses difusos, ou seja, que pertencem à toda a sociedade e ao meio ambiente.

Constituiu-se, assim, conforme descrito acima, um quadro de *vantagens* para alocação da atividade de criação de camarão no Nordeste.

O que, contudo, nos impressiona é que, sendo o setor da carcinicultura um setor não só de grande gerações de divisas para o país mas também extremamente organizado, não se consiga, efetivamente, concretizar, na prática, um **código de conduta pautado pela ética e pela responsabilidade frente às questões sociais e**

ambientais. É mister ressaltar que vários segmentos da sociedade civil nordestina lhes têm chamado a atenção no que tange a essa responsabilidade.

Mais ainda: o que observamos é uma propaganda *entusiasta* e pouco criteriosa em torno da carcinicultura, propaganda essa que pouco tem servido para o real esclarecimento de suas implicações e que contribui para a aceitação de equívocos como verdades *inquestionáveis*, tal como se pode ver através das seguintes falácias, amplamente difundidas pelos protagonistas da atividade.

AS SEIS FALÁCIAS DA CARCINICULTURA

1. “O cultivo de camarão contribuirá para a segurança alimentar ”

Ora, como isso é possível se o camarão produzido destina-se a mercados externos, como E.U.A, Europa e Japão? O consumo de camarão nos Estados Unidos representou 3.4 libras per capita em 2001. Pode-se, a partir disso, dizer justamente o contrário: que a partir desse padrão de consumo, são geradas pressões para o desenvolvimento da atividade que tem provocado a privatização de áreas (rios, gamboas, estuários, manguezais) das quais, outrora, as populações costeiras e ribeirinhas tiravam seu sustento.

Além deste fato, a ração fornecida aos camarões possui de 30% a 40% de proteína — em grande parte animal, de peixes — que poderia servir à segurança alimentar no mundo.

2. “O cultivo de camarão não está acontecendo com a supressão de manguezais e as fazendas se instalam respeitando o meio ambiente.”

Infelizmente não é o que temos visto acontecer nos estados nordestinos. Contrariando, inclusive, orientações deliberadas pela oficina “Uso de áreas adjacentes a manguezais pela carcinicultura marinha”⁵, que indicava que as fazendas não deveriam desmatar manguezais, apropriar-se de gamboas (evitando seu fechamento) e, ainda, que deveria ser respeitada a vegetação natural ao longo dos rios. As Áreas de Preservação Permanente também vêm sendo ocupadas — inclusive com diagnóstico produzido pelo IBAMA, que atestou este fato no Rio Grande do Norte de maneira acentuada.

3. “A atividade é fundamental para a geração de empregos.”

Os dados oficiais do DPA (Departamento de Pesca e Aqüicultura) contabilizam a geração de 0,7 emprego/hectare cultivado. Entretanto, o que temos visto nas grandes fazendas do Ceará é um valor de 0,2 emprego/hectare cultivado, o que corresponde a 20 empregados (relações formais) em uma fazenda de 100ha — número que aumenta por ocasião das despescas, que são tarefas que exigem maior quantidade de mão-de-obra temporária. Dessa maneira, e considerando toda a população no entorno dos manguezais que se beneficia com a pesca ou a coleta de mariscos, pode-se afirmar

⁵ Oficina realizada em outubro de 1997 no CEPENE/IBAMA, em Tamandaré/PE.

que há geração de trabalho, mas que concomitante a isso ocorre um colapso das pescarias locais que se dá pela degradação ambiental dos ecossistemas costeiros.

4. “O cultivo de camarão não consome água”

Considerando que existem três despescas ao ano (quando se dá o esvaziamento da água dos viveiros e a retirada dos camarões para comercialização com 12g a 13g), tem-se a utilização de 50 milhões a 60 milhões de litros de água para cada tonelada produzida.

Tais valores devem ser considerados. Sobretudo quando verificamos a expansão da criação do camarão para áreas interiores. No caso do Ceará e de outros estados nordestinos — como estados que se localizam numa região do semi-árido —, há limitações muito claras quanto à oferta d'água. E levar a atividade para tais áreas pode ter como conseqüência a salinização do lençol freático — agravando ainda mais o problema da falta d'água.

5. “A água que sai dos viveiros é rica em nutrientes e, portanto, benéfica ao ecossistema manguezal.”

Na verdade, a cada dia os fazendeiros aumentam a quantidade de camarão cultivado por m^3 , ou seja: no início da atividade, colocava-se 60 camarões/ m^3 ; atualmente, já se está trabalhando com 100 camarões/ m^3 a 160 camarões/ m^3 . Com uma densidade tão alta no cultivo, além de se aumentar a quantidade de ração (que contém 30% a 40% de proteína) e de excrementos do camarão, aumenta também a probabilidade de ocorrerem patologias (doenças). Diante desse risco, incrementam-se o uso de fungicidas, algicidas, antibióticos. Os efluentes (água de descarga dos viveiros) se tornam, assim, extremamente impactantes ao meio ambiente.

Nesse sentido é bom ter em mente que, em muitos países, a criação de camarão sofreu enormes abalos com o aumento de densidade e a perda na qualidade ambiental dos ecossistemas adjacentes e de cultivo, o que veio a promover a suscetibilidade dos camarões a doenças e conseqüente insustentabilidade do setor.

As principais doenças são virais: mancha branca, WSV; vírus de Taura, vírus da cabeça amarela. No caso da introdução de enfermidades, atestamos o acerto em não promover importação de pós-larvas.

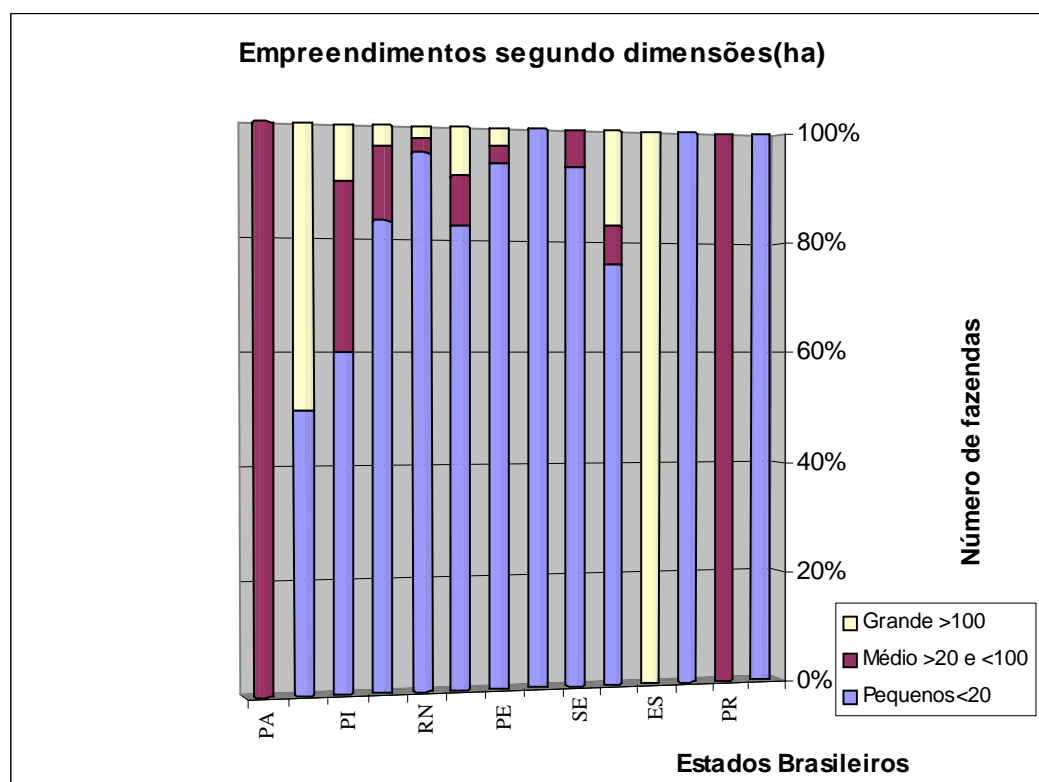
Assim como atestamos o acerto em controlar a entrada de doenças via importação de organismos vivos, é importante ressaltar que as prefeituras, órgãos ambientais, universidades e centros tecnológicos não possuem hoje sistema algum de controle, tanto no que se refere à qualidade da água quanto no que diz respeito à própria atividade carcinicultora (inventário das áreas de manguezais, levantamento das áreas cultivadas, quantidade das áreas de apicum — entre outras informações, fundamentais para um efetivo monitoramento da atividade).

Na verdade, torna-se precipitado e propagandístico afirmar que as águas que saem dos viveiros sejam benéficas aos ecossistemas adjacentes — por serem “ricas em nutrientes”, como se tem sido alardeado —, sem nenhum diagnóstico efetivo sobre

o que está acontecendo no estuário e no manguezal de Aracati. Não podemos nos esquecer da mortalidade de crustáceos observadas desde 2001, e que até agora não teve identificada a sua causa por órgãos ambientais ou pelas universidades. Não raro, o que se observa a partir do desenvolvimento da atividade de carcinicultura é a poluição dos recursos hídricos e o impacto sobre as espécies aquáticas.

6. “A atividade de criação de camarão no Brasil se caracteriza por ser uma atividade de pequeno porte, o que cumpre o papel de redução de desigualdades sociais”.

Observa-se uma predominância dos pequenos produtores em números absolutos, já que 90,35% possuem empreendimentos de dimensões menores que 20ha. Entretanto, quando analisamos os empreendimentos de grande porte, estes, apesar de representarem somente 4% do total, concentram 47,6% das áreas cultivadas.



Porte das Fazendas	Pequenos <20		Médio >=20 e <100		Grande >=100	
	Número de	%	Número	%	Número	%
Número de fazendas	458	90,3%	29	5,7%	20	4,0%
Áreas em Hectares	2957	34,8%	1493	17,6%	4.050	47,6%

Os dados acima expressam a profunda concentração da atividade no grande empresariado pois, não bastassem os números expressos, a nova classificação

aprovada pela Resolução CONAMA Nº 312, de 10 de outubro de 2002, considera como de *pequeno porte* o que for menor ou igual a 10,0 hectares; *médio porte* o que for maior que 10,0 hectares e menor ou igual a 50,0 hectares; e, finalmente, de *grande porte* o que for maior que 50,0 hectares.

Lamentavelmente, as fazendas de pequeno porte que existem estão funcionando, em sua imensa maioria, atreladas a um Programa de Parceria com empresas de grande porte que agenciam o cultivo do camarão. A estes produtores é fornecida assistência técnica e insumos (pós-larvas, ração, fertilizantes) e, em troca, o compromisso de que toda a produção será comercializada com essas empresas.

Infra-estrutura para a produção de pós larvas e comercialização de camarões

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, trinta e nove (39) plantas processadoras de camarão para exportação atuaram em 2001 na região nordeste, sendo sua distribuição de acordo com a seguinte tabela:

Estados	Número de plantas processadoras
Maranhão	1
Piauí	5
Ceará	15
Rio Grande do Norte	8
Paraíba	1
Pernambuco	5
Alagoas	1
Bahia	3

Mercado consumidor de camarão no mundo

Os maiores mercados consumidores de camarão são: Estados Unidos, Japão, Tailândia e União Européia, com destaque para Espanha, Dinamarca e França.

As exportações brasileiras de camarão cultivado foram responsáveis por 82% do superávit do setor pesqueiro de 2001. O valor das exportações brasileiras de camarão alcançaram U\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares americanos).

Caracterização da atividade	1999	2000	2001
Área de produção das fazendas implantadas	5.200	7.800	8.500
Número de Laboratórios	17	20	22
Número de fábricas de alimento(ração)	3	6	6
Produção comercial de camarão cultivado (ton)	15.000	30.000	40.000
Produção pós larvas(unidade)	3 bilhões	6 bilhões	8 bilhões
Receita Total(dólares)	100 milhões	200 milhões	270 milhões

Fonte: ABCC- Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Agribands Purina do Brasil e MCR Aqüicultura.

A CRIAÇÃO DE CAMARÃO NA AMÉRICA LATINA E NO MUNDO

Poderíamos imaginar que a descrição da trajetória de insustentabilidade da atividade de cultivo de camarão fosse uma trajetória particular do caso brasileiro. Infelizmente, a trajetória aqui descrita repete-se em vários países da América Latina, e do mundo, e, o que é ainda pior, apresenta casos muito mais graves.

Um dos agravantes ao analisarmos o desenvolvimento da atividade da carcinicultura em relação aos demais países da América Latina e do mundo, localiza-se no financiamento público dos empreendimentos de carcinicultura pelo Banco Mundial através da Corporação Financeira Internacional, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Os empréstimos foram concedidos a países como Tailândia, Indonésia, Honduras, Equador, Belize, Venezuela, México... Assim, a despeito de um *discurso verde* — supostamente baseado em critérios de sustentabilidade ecológica e social, aplicados ao desenvolvimento de atividades econômicas —, o que pudemos observar, no caso da carcinicultura, foi a potencialização efetiva provocada pelos empréstimos das Instituições Financeiras Multilaterais à atividade industrial de cultivo de camarão sem o devido cuidado com os impactos dela advindos.

Nesse sentido, um dos maiores impactos da atividade industrial de cultivo de camarão é o comprometimento da segurança alimentar de milhões de pessoas que vivem da exploração dos ecossistemas costeiros. Estas populações são as primeiras a serem impactadas com a degradação da qualidade ambiental de seus ecossistemas e dos recursos naturais a eles associados, como o peixe, a água, os moluscos, os crustáceos.

Longe, pois, de ir ao encontro do propagado combate à pobreza — presente em seus compromissos —, as IFM's (Instituições Financeiras Multilaterais), na verdade, consolidaram uma política que privilegia fortemente as exportações de camarão. Tal conduta visa promover o "equilíbrio das balança de pagamento" dos países endividados. Isso em detrimento da segurança alimentar das populações locais e do meio ambiente — aí inclusos vários ecossistemas e suas importantes funções

ecológicas, bem como os inúmeros bens e serviços gratuitamente por eles oferecidas às populações que, no mundo inteiro, vivem da relação direta com os mesmos.

De 1988 a 1995, as principais fontes de financiamento externo à aqüicultura foram os bancos de desenvolvimento, que aportaram 69% dos financiamentos e 40% dos projetos. As fontes bilaterais de financiamento contribuíram com 17% dos financiamentos e cerca de 6% dos projetos. Os principais beneficiários entre os países do mundo foram: México, China, Bangladesh e Índia.

A Indonésia converteu cerca de 34.000 hectares de Tambak — sistemas tradicionais de cultivo — em sistemas intensivos de produção de camarão, por exemplo, com financiamento do Banco Mundial, da ordem de 50 milhões de dólares.

Inúmeros casos semelhantes puderam ser verificados nas Filipinas, Taiwan, China, Índia. Muitos desses financiamentos ocorreram em contexto de proliferação de doenças, como manifestação evidente do impacto negativo da ausência de critérios sustentáveis para o desenvolvimento da atividade .

O CASO DO EQUADOR

O Equador é o primeiro no *ranking*, entre os países produtores de camarão na América Latina. Para garantir este posto, transformou 77% de suas salinas em viveiros de camarão e cortou 57,5% de sua cobertura de bosques de manguezais. A indústria de cultivo de camarão equatoriana vem operando na ilegalidade, convertendo — também ilegalmente — ecossistemas costeiros em viveiros de camarão.

No ano de 2000, a Corporação Financeira Internacional aprovou um empréstimo no valor de 12 milhões de dólares para expansão de 855 hectares de viveiros a uma companhia no norte do Equador. A empresa beneficiada pelo empréstimo — EL Rosário S. A.(ERSA) — foi denunciada por organizações locais pelo corte de mangue, contaminação de águas e desvio de rios — o que chegou, inclusive, a provocar inundações. Fica evidente, assim, a ausência de critérios ambientais do Banco Mundial neste caso específico — não só pelo já relatado, mas também pelo fato dele ter desconhecido a legislação equatoriana e ter autorizado a construção dos viveiros nos limites da reserva de manguezais de Cayapas - MATAJE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido crescimento da atividade em países como Equador, Tailândia, Indonésia, Índia — e, agora, mais recentemente, no nordeste brasileiro — deve-se, em especial, a alguns fatores:

- Reduzido preço das terras costeiras;
- Permissividade da legislação, que facilita a apropriação dos terrenos de marinha e uso por parte dos empresários do cultivo de camarão;
- Investimentos públicos e estímulos à atividade.

Os governos nacionais e as IFM's atuando nos países onde se desenvolve a atividade são as responsáveis pela trajetória insustentável de seu desenvolvimento.

Devem, assim, ser responsabilizadas pela crescente pauperização das populações costeiras, pela perda de bens e serviços que os ecossistemas costeiros deixam de prestar à humanidade.

No Brasil, contudo, ainda é possível alterar o curso de desenvolvimento desta atividade. Para tanto, faz-se necessário um maior conhecimento acerca da sua dinâmica de implementação e funcionamento, bem como de mecanismos de controle social sobre a atividade e sobre instituições que têm como papel fundamental o controle ambiental.

Ainda: é necessário assegurar que não se prossiga com a política de investimentos públicos para atividades que deixam de compartilhar os benefícios advindos dos altos rendimentos e que só socializam o ônus quanto aos impactos ambientais delas decorrentes. Principalmente quando se lida com populações que, de há muito, clamam pela resolução de seus dramas sociais — como é o caso daquelas que vivem na zona costeira brasileira, ressaltando-se aqui a grande diversidade étnica, racial e cultural dos que habitam essas regiões (negros/as, indígenas, populações tradicionais).

É mister ressaltar, no entanto, que não só as populações mais pobres sofrerão com esses impactos. A maioria da população brasileira, que hoje se concentra nessa região, sofrerá direta ou indiretamente com os impactos da degradação dos ecossistemas costeiros. Dentro de uma perspectiva mais ampla, em que os aspectos ambientais vinculados aos sócio-culturais não sejam tidos como *moeda menor*, temos aí uma questão maior a ser considerada quando pensamos a qualidade de vida que queremos para aqueles que habitam o planeta.